SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
CSP Conlutas
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Terça-feira, 07 de fevereiro de 2017
JJ556 / 12.500 exemplares

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP - Gestão: Unidade e Luta 2014/2017 - Tel.: (11) 3222-5833

Siga o Sintrajud nas redes sociais:
facebook.com/Sintrajud
twitter.com/Sintrajud

TRABALHADORES SE UNEM PARA RESISTIR

NÃO À REFORMA!

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

09 FEV — Reunião do Fonasefe, em Brasília

11 FEV — ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUD
14h - auditório do Sindicato

18 FEV — Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília

08 MAR — Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência

11 FEV — Palestra contra o desmonte da Previdência
13h - auditório do Sindicato

15 FEV — Palestra contra o desmonte da Previdência, em Campinas
19h - Hotel Mercure, Avenida Aquidaban, nº 400 (em frente à JF)

22 FEV — Pressão sobre os deputados no Aeroporto de Brasília

15 MAR — Dia Nacional de lutas para construção da greve geral

Sintrajud questiona aumento de plano de saúde no TRF

Sindicato é contrário ao reajuste de 19% anunciado para março

A Administração do TRF-3 e JF anunciou que irá reajustar em 19% a parcela paga pelos servidores relativa ao plano de saúde da categoria. O Sintrajud é contrário ao reajuste.

No dia 19 de janeiro, o Sindicato foi convidado para participar de uma audiência junto a Administração do TRF-3 e JF. Durante a audiência, a Administração apresentou alguns dados numéricos relativos ao orçamento e comunicou que a parcela paga pelos servidores será reajustada a partir de março, apesar do reajuste no valor cobrado pela Amil estar programado apenas para agosto.

O Sindicato não teve acordo com o reajuste apresentado na reunião. A audiência foi convocada pela Administração do TRF3 e JF apenas para comunicar o reajuste.

"O Sintrajud foi convocado para reunião e apenas nos informaram sobre este reajuste, que na nossa opinião é muito alto para a categoria", afirmou Angélica Olivieri, diretora do Sindicato e servidora do Fórum de Execuções Fiscais.

O jurídico do Sindicato protocolou um requerimento para Administração do TRF-3 e JF questionando o aumento e solicitando todos os dados apresentados pela Administração para justificar o Reajuste. Além disso, o economista Washington Luiz de Moura Lima, assessor do Sintrajud, irá preparar um estudo econômico sobre o assunto.

Reunião com a Presidência do TRE discutirá recesso forense

O Sintrajud reúne-se nesta sexta-feira, 10, com o juiz assessor da Presidência do TRE para discutir a questão do recesso forense na Justiça Eleitoral. O assunto veio à tona com a preocupação dos servidores diante da notícia de que o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, quer acabar com o recesso.

Segundo a notícia, veiculada na intranet, o ministro defendeu essa ideia no Plenário do Tribunal, no final do ano passado. A justificativa seria a necessidade de adequar a Justiça Eleitoral à nova realidade econômica do país e à aprovação da PEC do teto dos gastos (também conhecida como "PEC da morte").

Ocorre, porém, que o trabalho durante o recesso tradicionalmente é pago sob a forma de compensação: para cada hora trabalhada nesse período, os servidores ganham duas horas de folga. Portanto, não haveria motivo para o recesso ser atingido pelo corte de gastos.

No pedido de audiência com o juiz assessor, o Sindicato também incluiu na pauta a campanha contra a reforma da Previdência, o orçamento do Tribunal e o pagamento de horas extras, entre outros assuntos.

TRT atende Sindicato e concede ponto facultativo na 4ª de cinzas

Sintrajud também protocolou requerimento no TRF e JF

Atendendo ao requerimento do Sintrajud, o TRT concedeu ponto facultativo para os servidores na quarta-feira de cinzas. Por meio da Portaria 9/2017, desta quinta-feira (2), o presidente do Tribunal, desembargador Wilson Fernandes, atendeu ao requerimento que o Sindicato protocolou em 27 de janeiro.

No requerimento, o Sindicato justificou o pedido lembrando que não há audiências agendadas para 1º de março e que o expediente reduzido (com início às 13h) obrigaria os servidores a reprogramar sua rotina, além de trazer custos desnecessários ao Tribunal.

Os mesmos argumentos foram apresentados ao TRF, onde o Departamento Jurídico do Sintrajud protocolou requerimento administrativo na ultima quarta-feira (1º). O Sindicato agora aguarda a posição desse Tribunal. No TRE, o calendário de 2017 já estabelece a suspensão do expediente na quarta-feira de cinzas.

Para o servidor Fabiano dos Santos, da JT Millenium, a decisão do TRT demonstra a "efetividade do canal de comunicação construído pelo Sindicato com a presidência do Tribunal". Desde o final do ano passado, logo depois de assumir a presidência do TRT, o desembargador tem se reunido mensalmente com o Sintrajud e representantes dos servidores.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião. ideias@sintrajud.org.br

Os sofrimentos do jovem Werther e a reforma da educação

Todo conhecimento científico se dá após uma boa análise de dados. Nada é adivinhado, podendo ser induzido ou deduzido. No famoso livro de Goethe, fundador do romantismo, onde se vê o idealismo, que inspira Hegel e influencia Marx, temos em essência a criação de um mundo ideal e paralelo através de um jovem apaixonado perdidamente por uma nobre, em um amor impossível. O fim trágico dessa história, muito lida na época, está ligado a uma grande onda de suicídios na Europa, sobretudo na Alemanha. O leitor, ao que parece, incorporou-se a esse mundo ideal.

Nos dias de hoje, com a reforma educacional, o novo governo, ao que se vê, tem a preocupação de um ambiente ideal de dominação sem oposição, onde, se não bastasse acreditarmos cegamente, como naquele mundo de Werther, que a legítima dominação é a racional legal, e para isso é preciso lembrar que toda dominação é ahistórica e behaviorista, deduz-se aonde se quer chegar ao se retirar ou melindrar a aplicação de matérias como história, sociologia, filosofia e educação física do currículo das escolas.

Fizemos o impossível para chegar ao possível: vencemos a até então invencível hegemonia do governo anterior, megamaníaco e paranóico em suas vontades que eram paradoxais com sua origem camponesa, mas a batalha contra a ignorância e a injustiça é feita no dia a dia e certamente a reforma da previdência é outra forma de tornar a aposentadoria uma coisa utópica para os pobres, ou seja, um lugar que não existe. Isso é muito questionável, porque o cálculo da aposentadoria, salvo ledo engano, é feito através de expectativas de vida do brasileiro, ou seja, adivinhações. Se por um lado o pobre, desgastado, deveria se aposentar mais cedo e com melhores salários, o rico deveria ser incentivado a se aposentar com mais idade, dada sua expertise e comodidade no trabalho, que se dão após anos de investimento pessoal.

Rodrigo Carneiro O. Tielzmann
Técnico Judiciário da JT Barra Funda

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Jornalistas: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélcio Duarte Filho | Diagramação: Diego Plenamente | Tiragem: 12.500 exemplares

DESMONTE DA PREVIDÊNCIA

Todos contra as falsas reformas que retiram direitos

CSP-Conlutas quer ampliar a unidade de todos os setores para construção de uma greve geral

Não há reformas. O que existe são projetos que desmontam a Previdência Social, as legislações de proteção trabalhista e o conjunto das políticas sociais. Não há, porém, como combatê-los com ações isoladas: é preciso unir a classe trabalhadora, os sindicatos, as centrais, os movimentos sociais e os estudantes para enfrentar tais propostas e os governos que tentam implantá-las no país.

Essas são algumas avaliações consensuais que permearam a primeira reunião do ano da CSP-Conlutas, ocorrida de 3 a 5 de fevereiro, em São Paulo. A construção urgente de uma greve geral que pare o país e expresse a insatisfação generalizada da classe trabalhadora com esses projetos, foi definida como prioridade.

Seminário contra a Reforma da Previdência reuniu representantes de entidades e movimentos sociais de todo o país

A atividade que reuniu representantes de entidades sindicais, sociais e da juventude teve, em seu segundo dia, o Seminário Nacional Contra a Reforma da Previdência, do qual servidores do Judiciário Federal de São Paulo e de outros seis estados (RS, AL, MA, PE, MG e MS) e do Distrito Federal participaram.

Ao longo do seminário e da reunião, também se reafirmou a compreensão de que não há o que emendar ou negociar com o governo em torno das propostas apresentadas. Isso porque elas têm como premissas a retirada de direitos, cujo objetivo é transferir recursos públicos e dos trabalhadores para o mercado privado e assegurar dinheiro para pagar aos credores das dívidas públicas.

Essa definição de que é preciso combater tais propostas na íntegra, ganha mais relevância diante das sinalizações de algumas centrais sindicais de sentar para negociar com o presidente Michel Temer (PMDB).

Dia 8 de março

Outro ponto muito ressaltado foi a avaliação de que embora deva-se insistir na busca da unidade com as centrais sindicais, o chamado à construção da greve geral deve ser levado às bases das categorias – isso porque até agora as demais centrais não se declaram favorável a essa proposta.

Essa construção passa pela participação nas datas nacionais de mobilização que estão sendo articuladas, como os atos e paralisações previstos para os dias 8 e 15 de março. A ideia é que o Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, que traz a simbologia de um dos setores mais afetados pelas possíveis mudanças, seja um marco na arrancada de uma grande campanha contra a PEC da Previdência e o ataque aos direitos trabalhistas.

O quadro é difícil e as ameaças que pairam sobre os trabalhadores, muito graves. Mas também se destacou que, quando unidos, a força dos trabalhadores se agiganta. Essa unidade, observou a professora da UFRJ Sara Granemann, na primeira mesa do seminário, pode ser o grande trunfo da campanha contra uma reforma da Previdência que, ao contrário das anteriores, atinge a todos os trabalhadores: ativos e aposentados, do setor privado e dos serviços públicos. Uni-los é o grande desafio e, provavelmente, a chave para impedir esse retrocesso histórico.

Palestras desmentem argumentos do governo

Próxima atividade do ciclo de debates será em Campinas

Joca Duarte

Nos dias 01, 02 e 03, o Sintrajud realizou o Ciclo de Palestras contra o Desmonte da Previdência. Servidores do TRE-Major Diogo, do Fórum de Execuções Fiscais e Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, conheceram as novas regras previstas na PEC 287 (reforma previdenciária) e as dificuldades colocadas pela proposta para o acesso dos trabalhadores aos benefícios previdenciários.

O ciclo de debate contou com a participação da auditora fiscal Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, do advogado César Lignelli, do Departamento Jurídico do Sintrajud, e do economista Washington de Moura Lima, assessor do Sindicato.

Além de esclarecer sobre as normas impostas pela PEC, os palestrantes também desmentiram os argumentos apresentados pelo governo Temer de que a Previdência Social tem um déficit. "Em 2015, a previdência social teve um superávit de 11 bilhões de reais, e poderia ser maior, caso as empresas, que já tem desoneração fiscal do governo, pagassem os impostos em dia, atualmente as grandes empresas deixam de pagar cerca de 240 bilhões de impostos por ano", afirmou Washington.

Para Inês Leal, diretora do Sindicato e servidora da JT, o ciclo de palestras foi o primeiro passo para construção de uma campanha contra o desmonte da previdência. "Neste primeiro, achamos que era importante esclarecer o que é a proposta da Reforma da Previdência, passar as informações jurídicas, políticas e técnicas para preparar a luta que a gente vai fazer contra este projeto", finalizou.

Uma das palestras, a que aconteceu no Fórum de Execuções Fiscais, foi transmitida ao vivo pela página do Sintrajud no Facebook e teve quase 20 mil visualizações.

A próxima atividade está marcada para quarta-feira, 15, e será no Hotel Mercure (em frente à JF), às 19h, em Campinas.

Confira matéria completa no site.

Sintrajud discute estratégias de luta

Assembleia também elege delegados à ampliada da Fenajufe e define regimento do 8º Congresso do Sindicato

O Sintrajud convoca todos os servidores do Judiciário Federal para a Assembleia Geral que vai discutir estratégias de luta e resistência ao desmonte da Previdência (PEC 287/16).

A assembleia será neste sábado, 11, às 14h, no auditório do Sindicato (Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar). Antes, às 13h, haverá uma palestra com o advogado César Lignelli, do Departamento Jurídico do Sintrajud, sobre o projeto do governo, que ameaça o direito a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros.

Além disso, os servidores vão eleger representantes da categoria para a Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontecerá em Brasília no dia 18, quando também será discutida a participação dos servidores do Judiciário Federal de todo o país na lutas para barrar a Reforma da Previdência.

Ainda na Assembleia, será discutido o regimento do 8º Congresso do Sintrajud, marcado para os dias 23 a 26 de março. O regimento estabelece os critérios de participação e de eleição dos delegados.

Participe!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE TEMER **ATACA SEUS DIREITOS**

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

HOJE	APÓS A REFORMA
PERMITIDO	**VEDADO**

A proposta proíbe o acúmulo da pensão por morte com outra aposentadoria ou pensão. O tempo de duração do benefício para o cônjuge passa a ser variável, conforme sua idade na data de óbito do servidor: **será vitalícia apenas se o(a) viúvo(a) tiver 44 anos ou mais.**

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

HOJE	APÓS A REFORMA
PELO MENOS 11%	**PODE SUBIR PARA PELO MENOS 14%**

Atualmente, os servidores públicos contribuem com pelo menos 11% dos seus proventos para a Previdência. A PEC 287 não menciona esse ponto, mas há pressão dos governadores para que seja fixado um piso de 14%.

REGIMES DE PREVIDÊNCIA

HOJE	APÓS A REFORMA
SERVIDORES TÊM REGIME PRÓPRIO (RPPS)	**SERVIDORES TERÃO REGRAS IGUAIS ÀS DO REGIME GERAL (RGPS)**

Com a reforma, passa a existir uma única modalidade de aposentadoria voluntária, que exigirá os requisitos de 65 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, tanto para o homem como para a mulher.

TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO

HOJE	APÓS A REFORMA
15 ANOS	**25 ANOS**

A proposta quer aumentar em 10 anos o tempo de contribuição obrigatória à Previdência. Atualmente, são 15 anos de contribuição para se aposentar por idade. Depois da reforma, serão, no mínimo, 25 anos e o benefício não será integral.

CÁLCULO DAS PENSÕES

HOJE	APÓS A REFORMA
VALOR INTEGRAL DA APOSENTADORIA DO FALECIDO	**50% DO VALOR PARA O CÔNJUGE + 10% PARA CADA FILHO (ATÉ 18 ANOS)**

Hoje, o valor da pensão por morte é o mesmo da aposentadoria do falecido. Com a mudança, será 50% do valor para o cônjuge, mais 10% para cada filho menor de 18 anos (até o limite de 100%).

APOSENTADORIA ESPECIAL

HOJE	APÓS A REFORMA
PARA ATIVIDADES DE RISCO, APÓS 15, 20 OU 25 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO, DEPENDENDO DO CASO	**FIM DA APOSENTADORIA ESPECIAL PARA ATIVIDADE DE RISCO**

O texto da PEC proíbe que as condições especiais de trabalho que prejudiquem a saúde sejam caracterizadas por categoria profissional ou ocupação. Além disso, o texto não diferencia quem adquirir doença grave em decorrência do serviço (como tuberculose ou Aids).

INTEGRALIDADE E PARIDADE

SÓ PARA QUEM INGRESSOU NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ 31/12/2003

Servidores que não preencheram os requisitos para a aposentadoria ou que ingressaram a partir de 2004 continuam sem esse direito, extinto pela reforma do governo Lula. Para quem ingressou no serviço público após a criação do Funpresp, o valor da aposentadoria não poderá ultrapassar o teto do RGPS, que hoje é de R$ 5.531,31.